

RECLAMA FAMA

TERMOS DE USO, POLÍTICA DE PRIVACIDADE, POLÍTICA DE RETENÇÃO DE DADOS E POLÍTICA EDITORIAL

Versão consolidada — atualização de 26 de julho de 2026

IMPORTANTE: o Reclama Fama é um canal editorial de recebimento, organização, apuração e comunicação de ocorrências. Não é órgão público, tribunal, escritório de advocacia, serviço de arbitragem nem representante automático de qualquer parte.

1. APRESENTAÇÃO E ACEITE

Este documento regula o uso do Reclama Fama, o envio e o tratamento de ocorrências, a utilização de dados e materiais, os prazos de retenção e os critérios editoriais. Ao acessar a plataforma, enviar uma ocorrência ou utilizar seus canais, o usuário declara que leu, compreendeu e aceitou integralmente estas regras. Caso não concorde, não deverá utilizar o serviço.

A plataforma é operada por MATHEUS BALDI ANDRADE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.279.768/0001-01, com sede na Rua Campos Sales, 172, Santa Efigênia, Itabirito/MG, CEP 35.455-016, doravante denominada “Reclama Fama”, “plataforma” ou “equipe”.

2. RESUMO VISÍVEL PARA A PLATAFORMA

Termos de Uso: Ao enviar uma ocorrência, você declara que as informações são verdadeiras e assume responsabilidade pelo relato e pelos arquivos enviados. O registro não garante publicação, atendimento ou solução. O Reclama Fama poderá apurar, solicitar informações, contatar os envolvidos, editar, resumir, não publicar ou arquivar o caso.

Privacidade: Seus dados poderão ser utilizados para identificar, verificar e apurar a ocorrência, realizar contatos, prevenir fraudes, produzir conteúdo editorial, proteger direitos e cumprir deveres legais, conforme este documento e a legislação aplicável.

Retenção de Dados: Dados, relatos e evidências serão mantidos pelo tempo necessário à apuração, à segurança da plataforma, ao cumprimento de obrigações legais, à preservação editorial e à defesa de direitos. Depois, poderão ser eliminados, anonimizados ou mantidos nas hipóteses permitidas em lei.

Moderação: Toda ocorrência passa por triagem e análise editorial. O Reclama Fama poderá apurar, publicar, editar, atualizar, corrigir, recusar, remover ou arquivar o caso. Conteúdos falsos, ilícitos, abusivos, sem elementos mínimos ou que exponham terceiros indevidamente poderão ser recusados ou removidos.

PARTE I — TERMOS DE USO

1. Objeto e natureza do serviço

1.1. O Reclama Fama disponibiliza ambiente para recebimento, triagem, organização, verificação, mediação comunicacional e eventual utilização editorial de relatos relacionados a figuras públicas, influenciadores, artistas, marcas, campanhas, produtos, serviços, eventos, publicidade, perfis falsos, golpes, uso indevido de imagem e temas ligados ao universo da fama, da influência e do consumo.

1.2. O Reclama Fama atua como canal facilitador de comunicação e como veículo editorial independente. O envio de uma ocorrência não transforma a plataforma em parte da relação entre o relator e a pessoa, marca, empresa ou entidade mencionada.

1.3. A plataforma não presta assessoria jurídica, não representa automaticamente nenhuma das partes, não substitui autoridades, órgãos de defesa do consumidor ou o Poder Judiciário e não garante acordo, resposta, reparação, indenização, retirada de conteúdo ou qualquer resultado.

2. Elegibilidade e identificação

2.1. O serviço é destinado a pessoas com 18 anos ou mais e plenamente capazes. Menores somente poderão utilizar o serviço com participação ou autorização verificável de responsável legal, salvo canal específico criado para essa finalidade.

2.2. O usuário deverá fornecer dados verdadeiros, atuais e suficientes para identificação, contato e apuração. O Reclama Fama poderá solicitar confirmação de identidade, documentos ou informações complementares e poderá recusar envios anônimos, incompletos ou não verificáveis.

3. Responsabilidade de quem envia a ocorrência

3.1. Ao enviar uma ocorrência, o usuário declara, sob sua responsabilidade, que as informações são verdadeiras segundo seu conhecimento, que não omitiu fatos relevantes de forma intencional e que os documentos, imagens, áudios, vídeos, mensagens, links e demais materiais são autênticos, lícitos e obtidos de modo legítimo.

3.2. O usuário assume responsabilidade integral pelo conteúdo que fornece, inclusive por acusações, opiniões, documentos de terceiros, uso de imagem, violação de sigilo, propriedade intelectual, dados pessoais e eventuais danos decorrentes de falsidade, fraude, manipulação, abuso ou ilicitude.

3.3. O usuário está ciente de que a pessoa ou organização mencionada poderá ser contatada, receber as alegações ou os materiais pertinentes, apresentar sua versão, exercer direito de resposta e adotar medidas administrativas, extrajudiciais ou judiciais que entender cabíveis.

3.4. O usuário deverá preservar os arquivos originais e comunicar imediatamente correções, acordos, soluções, desistências ou fatos novos. A desistência não obriga a plataforma a apagar registros, interromper apuração já iniciada ou retirar conteúdo publicado quando houver fundamento jurídico ou editorial para sua manutenção.

4. Responsabilidade da pessoa ou organização mencionada

4.1. A pessoa, marca, empresa ou entidade mencionada responde por seus próprios atos, produtos, serviços, comunicações, contratos, publicidade e manifestações. Sua inclusão em uma ocorrência não significa condenação, validação da acusação ou conclusão editorial.

4.2. O eventual contato ou encaminhamento realizado pelo Reclama Fama tem finalidade informativa, de apuração ou facilitação de comunicação e não cria representação, mandato, solidariedade, garantia de solução ou vínculo entre a plataforma e qualquer das partes.

5. Autonomia editorial e ausência de garantia

5.1. O registro não garante recebimento individualizado, apuração completa, contato com os envolvidos, publicação, permanência do conteúdo, recompensa ou solução.

5.2. O Reclama Fama poderá, segundo critérios editoriais, jurídicos, técnicos, de segurança e interesse público, solicitar complementos, verificar, agrupar, resumir, editar, contextualizar, publicar, atualizar, corrigir, desindexar, restringir, recusar, suspender, remover ou arquivar qualquer caso.

5.3. A plataforma poderá encaminhar o usuário a autoridades, órgãos públicos, entidades de defesa do consumidor, plataformas digitais ou profissionais especializados quando considerar essa providência mais adequada.

6. Conteúdos e condutas proibidos

É proibido utilizar o Reclama Fama para:

- enviar informação sabidamente falsa, fabricada, manipulada, incompleta de forma enganosa ou apresentada fora de contexto;
- praticar perseguição, assédio, ameaça, extorsão, chantagem, discriminação, discurso de ódio, vingança ou pressão comercial indevida;
- divulgar senhas, dados bancários, endereço residencial, documentos de identificação, conteúdo íntimo, prontuários, segredo de justiça ou dados de crianças e adolescentes sem necessidade legítima;
- violar direitos autorais, de imagem, honra, privacidade, sigilo profissional, contratual ou empresarial;
- enviar malware, arquivos corrompidos, automações abusivas, spam ou tentar contornar medidas de segurança;
- obter recompensa, vantagem econômica, exposição pública ou dano reputacional por meio de fraude ou abuso.

7. Autorização de uso dos relatos e materiais

7.1. O usuário mantém os direitos que possuir sobre os materiais enviados, mas autoriza o Reclama Fama, de forma gratuita, não exclusiva e pelo prazo necessário às finalidades deste documento, a receber, armazenar, copiar, organizar, analisar, adaptar, editar, resumir, transcrever, verificar, reproduzir, exibir, publicar, distribuir e comunicar o conteúdo, total ou parcialmente, em meios próprios ou parceiros editoriais, no Brasil e no exterior.

7.2. A autorização abrange site, redes sociais, aplicativos, newsletters, televisão, rádio, podcasts, vídeos, programas, eventos, relatórios, apresentações e outros formatos editoriais ou institucionais.

7.3. O Reclama Fama poderá usar ou não nomes, imagens, vozes, perfis, documentos, trechos de mensagens e outros elementos identificadores quando houver pertinência editorial, base jurídica e respeito à legislação aplicável. Não há garantia de anonimato, sigilo, ocultação ou publicação sem identificação, salvo compromisso específico e expresso firmado pela plataforma ou obrigação legal.

7.4. A plataforma poderá editar forma, extensão, título, ordem, linguagem e contexto do material, sem alterar deliberadamente o sentido essencial dos fatos, e não fica obrigada a publicar ou manter o conteúdo.

8. Contatos, apuração e circulação de informações

8.1. Para avaliar a ocorrência, o Reclama Fama poderá contatar o usuário, testemunhas, pessoas mencionadas, assessorias, empresas, marcas, plataformas, autoridades, especialistas e outras fontes pertinentes.

8.2. Relatos, documentos e informações poderão ser utilizados ou encaminhados na medida necessária à verificação dos fatos, ao pedido de posicionamento, à produção editorial, à prevenção de fraude, à proteção da plataforma e de terceiros, ao exercício de direitos e ao cumprimento de deveres legais ou determinações de autoridade.

8.3. O Reclama Fama adotará medidas proporcionais de segurança e minimização, mas não assume obrigação de ocultar a identidade ou os dados do relator em todas as circunstâncias. A forma de uso e identificação será definida conforme a finalidade, a base jurídica, o risco, a relevância editorial e a legislação aplicável.

9. Moderação, suspensão e bloqueio

9.1. A plataforma poderá recusar, restringir, remover, suspender ou arquivar conteúdos e acessos que violem estas regras, a legislação, direitos de terceiros, a segurança ou os critérios editoriais.

9.2. Usuários poderão ser bloqueados em caso de fraude, falsidade, abuso, assédio, envio massivo, manipulação de provas, tentativa de interferência na apuração ou uso indevido do serviço.

9.3. Essas medidas não geram direito automático a indenização, recompensa, justificativa individualizada ou restabelecimento, sem prejuízo dos direitos assegurados por lei.

10. Recompensas e incentivos

10.1. Recompensas são eventuais, não automáticas e dependem de critérios como relevância, originalidade, comprovação, utilidade pública, regularidade e regras específicas da ação.

10.2. O Reclama Fama poderá exigir identificação, documentação fiscal, dados bancários, cessões ou autorizações e poderá desclassificar relatos falsos, duplicados, copiados, manipulados, ilícitos ou já amplamente divulgados.

10.3. A recompensa remunera eventual contribuição informativa ou documental e não compra acusação, conclusão editorial, exclusividade absoluta, publicação ou resultado.

11. Limites de responsabilidade

11.1. O relator e a pessoa ou organização mencionada respondem por seus próprios atos, declarações, produtos, serviços e documentos. O Reclama Fama responde apenas por condutas próprias, nos limites inderrogáveis da legislação aplicável.

11.2. A plataforma não se responsabiliza por fatos externos, atos de terceiros, indisponibilidade de serviços alheios, decisões de autoridades, ausência de resposta, falta de acordo, perdas indiretas ou expectativas de resultado, salvo quando a responsabilidade não puder ser legalmente afastada.

11.3. Nenhuma disposição pretende excluir responsabilidade por dolo, descumprimento de dever legal ou direitos que não possam ser renunciados.

12. Propriedade intelectual e segurança

12.1. A marca, identidade visual, textos, organização, tecnologia, banco de dados, métodos, vídeos e conteúdos próprios do Reclama Fama são protegidos. É proibida sua reprodução, raspagem, exploração comercial, engenharia reversa ou uso automatizado não autorizado.

12.2. O usuário não poderá tentar acessar áreas restritas, interferir no funcionamento, testar vulnerabilidades sem autorização ou utilizar a plataforma para coleta indevida de dados.

13. Comunicações e registros eletrônicos

13.1. O usuário autoriza comunicações operacionais relacionadas ao caso por e-mail, WhatsApp, telefone ou canais informados.

13.2. Protocolos, códigos de caso, logs, confirmações, e-mails, mensagens e registros técnicos poderão ser usados para demonstrar consentimentos, envios, interações, decisões e medidas adotadas.

14. Alterações, legislação aplicável e foro

14.1. Este documento poderá ser atualizado por razões legais, técnicas, operacionais ou editoriais. A versão vigente e a data de atualização serão disponibilizadas na plataforma.

14.2. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP para solucionar eventuais controvérsias relacionadas ao Reclama Fama, ressalvado eventual foro assegurado por lei ao usuário.

PARTE II — POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. Quem trata os dados

O controlador dos dados é MATHEUS BALDI ANDRADE/18.279.768/0001-01 responsável pelo Reclama Fama. Solicitações sobre privacidade poderão ser enviadas a contato@reclamafama.com

2. Dados que poderão ser tratados

- dados de identificação e contato, como nome, e-mail, telefone, cidade, perfil e, quando necessário, documento de identificação;
- dados da ocorrência, como relatos, datas, pessoas, marcas, produtos, valores, contratos, notas, mensagens e histórico de contato;
- arquivos e evidências, incluindo imagens, vídeos, áudios, documentos, links e metadados;
- dados de terceiros incluídos pelo usuário ou obtidos durante a apuração;
- dados técnicos e de uso, como endereço IP, data e hora, navegador, dispositivo, registros de acesso, cookies e eventos de segurança;
- dados sensíveis quando forem voluntariamente enviados ou indispensáveis ao caso, sujeitos a tratamento reforçado.

3. Finalidades do tratamento

Os dados poderão ser tratados para:

- receber, identificar, organizar, verificar e apurar ocorrências;
- entrar em contato com usuários, fontes, pessoas mencionadas e demais envolvidos;
- produzir, editar, publicar, atualizar e arquivar conteúdo editorial;
- facilitar comunicação, buscar esclarecimentos e encaminhar casos;
- prevenir fraude, abuso, duplicidade, risco e incidentes de segurança;
- comprovar consentimentos, fatos, decisões e registros de atendimento;
- cumprir obrigações legais, ordens de autoridades e exercer ou defender direitos;
- administrar recompensas, pagamentos, auditorias, estatísticas e melhoria do serviço.

4. Bases jurídicas

O tratamento poderá se apoiar, conforme o caso, no consentimento, na execução de procedimentos solicitados pelo titular, no cumprimento de obrigação legal, no exercício regular de direitos, no legítimo interesse, na proteção da vida ou da integridade, na tutela da saúde, na prevenção à fraude e em outras bases previstas na legislação. Atividades exclusivamente jornalísticas, artísticas ou acadêmicas observarão o regime jurídico aplicável, sem prejuízo dos deveres de segurança e proteção de direitos.

5. Uso editorial, identificação e divulgação

5.1. O envio de dados não gera promessa automática de anonimato, sigilo ou ocultação. Dados e elementos identificadores poderão ser usados, reproduzidos ou publicados quando houver finalidade editorial legítima, base jurídica, pertinência, proporcionalidade e respeito à legislação.

5.2. A plataforma poderá optar por identificar, anonimizar, pseudonimizar, ocultar parcialmente ou não utilizar determinados dados, conforme o contexto, os riscos, o interesse público, a necessidade de verificação e seus critérios editoriais.

5.3. Quando houver compromisso específico de confidencialidade, ele deverá ser expresso e poderá estar sujeito às exceções legais, ordens de autoridade e situações de risco relevante.

6. Compartilhamento e operadores

Os dados poderão ser tratados por prestadores de hospedagem, formulários, banco de dados, e-mail, comunicação, armazenamento, segurança, analytics, pagamentos, suporte, assessoria jurídica, tecnologia e inteligência artificial, na medida necessária às respectivas funções. Também poderão circular entre fontes, pessoas mencionadas, parceiros editoriais, autoridades ou terceiros legítimos quando compatível com as finalidades deste documento e a legislação.

Sempre que aplicável, serão adotadas obrigações contratuais, controles de acesso e medidas proporcionais de segurança. Transferências internacionais poderão ocorrer quando fornecedores ou sistemas estiverem no exterior, observados os mecanismos legais cabíveis.

7. Dados de terceiros

Quem envia dados de terceiros declara possuir fundamento legítimo para fazê-lo e deverá limitar o envio ao necessário. O Reclama Fama poderá solicitar comprovação, restringir o uso, ocultar, eliminar ou recusar informações excessivas, ilícitas ou sem pertinência.

8. Crianças, adolescentes e dados sensíveis

Casos envolvendo crianças, adolescentes, saúde, sexualidade, biometria, origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação sindical, dados genéticos, violência, ameaça ou conteúdo íntimo receberão avaliação reforçada. A plataforma poderá limitar o acesso, exigir autorização, interromper o tratamento, preservar evidências ou encaminhar o caso a autoridades competentes.

9. Cookies, registros e segurança

A plataforma poderá utilizar cookies e registros técnicos para funcionamento, autenticação, métricas, prevenção de fraude, segurança e melhoria do serviço. Medidas administrativas e técnicas razoáveis serão adotadas para reduzir acessos não autorizados, perdas, vazamentos e alterações indevidas, sem garantia de segurança absoluta.

10. Direitos dos titulares

Nos termos da legislação aplicável, o titular poderá solicitar confirmação, acesso, correção, anonimização, bloqueio, eliminação, portabilidade quando cabível, informação sobre compartilhamentos, revisão de decisões automatizadas e revogação do consentimento. O atendimento poderá exigir confirmação de identidade e poderá ser limitado quando houver obrigação legal, exercício de direitos, segredo comercial, proteção de terceiros, liberdade de informação ou outra hipótese legítima de retenção.

11. Inteligência artificial e automação

Ferramentas automatizadas ou de inteligência artificial poderão auxiliar na classificação, transcrição, resumo, organização, detecção de duplicidade, moderação, segurança e análise preliminar. Decisões editoriais relevantes permanecerão sujeitas a revisão humana sempre que adequado.

12. Incidentes e contato

Incidentes relevantes serão avaliados e, quando exigido, comunicados aos titulares e às autoridades competentes. Dúvidas ou solicitações deverão ser enviadas a contato@reclamafama.com com identificação suficiente e descrição objetiva do pedido.

PARTE III — POLÍTICA DE RETENÇÃO DE DADOS

1. Regra geral

Dados, relatos, evidências e registros serão mantidos pelo tempo necessário às finalidades informadas, à apuração, à segurança, à prevenção de fraude, ao cumprimento de obrigações, à preservação editorial e ao exercício ou defesa de direitos. Encerrada a necessidade, poderão ser eliminados, anonimizados ou mantidos nas hipóteses autorizadas pela legislação.

2. Critérios de retenção

- natureza, gravidade, relevância e atualidade do caso;
- existência de publicação, resposta, atualização, acordo, contestação ou litígio;
- risco de fraude, reincidência, dano, ameaça ou necessidade de preservação de prova;
- obrigações legais, fiscais, regulatórias, contratuais e técnicas;
- necessidade de comprovar consentimentos, comunicações, decisões e apuração;
- interesse público, memória jornalística, pesquisa, arquivo e liberdade de informação;
- sensibilidade dos dados e impacto sobre os titulares.

3. Prazos de referência

Categoria	Prazo de referência	Observações
Envios incompletos ou não validados	até 12 meses	Podem ser eliminados antes quando não houver utilidade, risco ou obrigação de preservação.
Ocorrências não publicadas	até 5 anos após o encerramento	Prazo pode ser ampliado por risco, reincidência, fraude, disputa ou necessidade probatória.
Ocorrências publicadas e acervo editorial	enquanto houver finalidade editorial, histórica ou jurídica	Conteúdo pode permanecer em arquivo, sujeito a atualização, anonimização, desindexação ou remoção quando cabível.
Evidências e documentos	pelo prazo do caso e da defesa de direitos	Acesso poderá ser restrito e a retenção estendida em caso de disputa ou ordem de autoridade.
Registros de consentimento, logs e protocolos	até 5 anos ou prazo legal superior	Usados para segurança, auditoria e comprovação de interações.
Dados fiscais e de recompensas	pelo prazo exigido pela legislação	Inclui comprovantes, recibos e informações necessárias a obrigações contábeis e fiscais.
Backups	conforme ciclo técnico	Cópias residuais são substituídas gradualmente e não serão usadas para novas finalidades incompatíveis.

4. Suspensão da eliminação

A eliminação poderá ser suspensa diante de investigação, litígio, notificação, ameaça, fraude, ordem de autoridade, risco relevante, obrigação legal, necessidade probatória ou exercício de direitos. Nessa hipótese, o acesso poderá ser restringido até o encerramento da causa de retenção.

5. Eliminação, anonimização e acervo

5.1. A eliminação poderá ocorrer por exclusão lógica, descarte seguro, anonimização, sobrescrita ou outro método compatível com o suporte e a tecnologia disponível.

5.2. Conteúdo jornalístico e registros de interesse público poderão permanecer em arquivo por finalidade editorial, histórica, de pesquisa, memória, transparência ou defesa de direitos, observada a legislação.

5.3. A exclusão solicitada pelo usuário não será automática quando houver base legítima para retenção, publicação, preservação de prova ou proteção de direitos de terceiros.

PARTE IV — POLÍTICA EDITORIAL E DE MODERAÇÃO

1. Princípios editoriais

- independência editorial e ausência de promessa de publicação;
- interesse público, relevância, atualidade e utilidade social;
- checagem proporcional à gravidade e ao risco da informação;
- distinção entre fato, alegação, opinião, publicidade e conteúdo patrocinado;
- busca de posicionamento e contraditório quando adequado e possível;
- proteção proporcional de vítimas, menores e pessoas vulneráveis;
- correção de erros relevantes e atualização de fatos supervenientes;
- rejeição de fraude, fabricação de prova, perseguição e pagamento por acusação falsa.

2. Fluxo de tratamento

1. Recebimento e protocolo: o registro confirma apenas o envio e não valida os fatos nem garante atendimento ou publicação.

2. Triagem: a equipe verifica pertinência, clareza, risco, documentação, duplicidade, urgência e aderência às regras.

3. Complementação: podem ser solicitados arquivos originais, notas, contratos, conversas integrais, autorizações, testemunhas ou outros elementos.

4. Apuração: a equipe poderá consultar fontes públicas e privadas, pessoas envolvidas, especialistas, plataformas, empresas e autoridades.

5. Posicionamento: quando adequado, a pessoa ou organização mencionada poderá ser procurada antes ou depois da publicação, conforme urgência, risco e interesse público.

6. Decisão editorial: o caso poderá ser publicado, resumido, agrupado, mantido em apuração, encaminhado, recusado ou arquivado.

7. Atualização ou encerramento: o conteúdo poderá ser corrigido ou atualizado; o caso poderá ser encerrado por solução, insuficiência, duplicidade, perda de objeto, risco desproporcional ou decisão editorial.

3. Critérios de publicação e não publicação

- existência, qualidade, origem e autenticidade dos elementos disponíveis;
- gravidade, atualidade, impacto, relevância pública e risco à coletividade;
- proporcionalidade entre a exposição e a finalidade informativa;
- possibilidade de contextualização, contraditório e versões divergentes;
- risco jurídico, ético, de segurança, revitimização ou dano desnecessário;
- histórico, reincidência, interesse editorial e recursos disponíveis para apuração.

A presença de elementos mínimos não obriga a publicação, e a ausência de publicação não significa que o relato seja verdadeiro, falso, irrelevante ou improcedente.

4. Identificação, fontes e confidencialidade

4.1. O Reclama Fama não oferece anonimato ou sigilo automático. A identificação do relator, de fontes e de pessoas envolvidas poderá ser utilizada quando pertinente à apuração, à comunicação, à publicação, à transparência, à defesa de direitos ou ao cumprimento da lei.

4.2. A plataforma poderá preservar ou limitar a identificação quando considerar necessário por segurança, vulnerabilidade, proporcionalidade, interesse público ou estratégia editorial. Essa decisão é discricionária dentro dos limites legais e não cria obrigação permanente para casos futuros.

4.3. Qualquer compromisso especial de confidencialidade deverá ser expresso, específico e documentado.

5. Contraditório, resposta e manifestação

5.1. O contato poderá conter resumo das alegações, perguntas, documentos ou trechos pertinentes. O prazo para resposta será definido conforme urgência, atualidade, complexidade e risco.

5.2. A ausência de resposta poderá ser informada. Respostas poderão ser editadas por clareza, tamanho e adequação, sem alteração deliberada de seu sentido essencial.

5.3. Pedidos de resposta, correção, atualização ou remoção serão avaliados e não garantem publicação integral, retirada do conteúdo ou adoção da redação proposta.

6. Menores, intimidade, saúde, violência e risco

Casos envolvendo menores, conteúdo íntimo, saúde, violência, abuso, ameaça, automutilação, risco físico ou dados altamente sensíveis receberão tratamento restrito e avaliação reforçada. A equipe poderá limitar o acesso, não publicar, ocultar elementos, preservar evidências ou orientar o contato com autoridades.

7. Correções, atualizações, remoções e desindexação

7.1. Erros factuais relevantes serão corrigidos quando confirmados. Novos fatos, respostas, acordos, decisões e soluções poderão ser incorporados ao conteúdo.

7.2. A solução posterior não gera retirada automática. Pedidos serão avaliados segundo legalidade, veracidade, atualidade, interesse público, proporcionalidade, dano, memória editorial e alternativas menos restritivas.

7.3. Conteúdo poderá ser removido, restringido ou desindexado por ordem de autoridade, ilegalidade, fraude, erro essencial, risco grave, impossibilidade de verificação ou decisão editorial fundamentada.

8. Publicidade, parcerias e conflitos de interesse

Relações comerciais, patrocínios, publicidade, permutas ou parcerias não garantem cobertura favorável, retirada de conteúdo ou interferência na apuração. Conteúdo publicitário será identificado quando aplicável, e conflitos relevantes deverão ser administrados editorialmente.

9. Canal de contato

Solicitações editoriais, jurídicas, de resposta, correção ou privacidade deverão ser enviadas a contato@reclamafama.com com identificação, URL ou código do caso, descrição objetiva e documentos de suporte. Pedidos fraudulentos, abusivos, intimidatórios, genéricos ou sem elementos mínimos poderão ser recusados ou não processados.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Este documento deve ser interpretado de forma integrada. Em caso de conflito, prevalecem a legislação aplicável, as determinações de autoridades competentes e a disposição mais específica para a situação.

A invalidade de uma cláusula não prejudica as demais. A tolerância a descumprimento não constitui renúncia de direito. O Reclama Fama poderá manter versões anteriores para fins de registro e transparência.

Última atualização: 26 de julho de 2026.